

Governo estuda compensação ao atraso do FEF

O Governo está preparado para evitar que um atraso na aprovação, pelo Congresso, da emenda que permitirá a prorrogação do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) o impeça de remanejar livremente uma parcela dos recursos do Orçamento. A pressa do Governo é porque o FEF se extingue em 30 de junho, a proposta de prorrogação é polêmica e sua tramitação no Legislativo é demorada. "Se não der tempo, tentaremos aprovar a retroatividade do FEF a julho", admitiu ontem o líder do Governo na Câmara, Benito Gama (PFL-BA).

A mensagem do Executivo comunicando o envio da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) ao Congresso foi publicada ontem no Diário Oficial da União, mas até o final da tarde ela não havia chegado à Câmara. O líder do Governo já tem os nomes de três deputados aliados entre os quais será escolhido o relator da proposta na comissão especial.

Os três cotados para a relatoria são: Ney Lopes (PFL-RN), Roberto Brant (PSDB-MG) e Germano Rigotto (PMDB-RS). Mas é provável que o posto fique com o ex-líder do Governo, Germano Rigotto. Ney Lopes, relator da primeira prorrogação do FEF (então Fundo Social de Emergência), estará na época em viagem à China; o tucano Brant já avisou que não quer a missão.

Benito Gama procurou o presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), para pedir a instalação o quanto antes da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), por onde começa a tramitação da emenda constitucional. A idéia é votar a PEC na CCJ daqui a duas semanas. O objetivo é instalar imediatamente a comissão especial, que tem até 40 sessões da Câmara para aprovar a matéria e enviá-la ao plenário.

Difícilmente, porém, a emenda que prorroga o FEF será aprovada antes do fim da vigência do Fundo (30 de junho). Depois de tramitar na CCJ e na comissão especial, a emenda precisa passar por dois turnos de votação no plenário da Câmara e então ser enviada ao Senado. Ali, a proposta é analisada pela CCJ e também votada em dois turnos no plenário. A proposta do Governo deverá sofrer alterações já na Câmara. Os líderes partidários discutem encurtar o prazo de prorrogação do fundo para dois anos.